

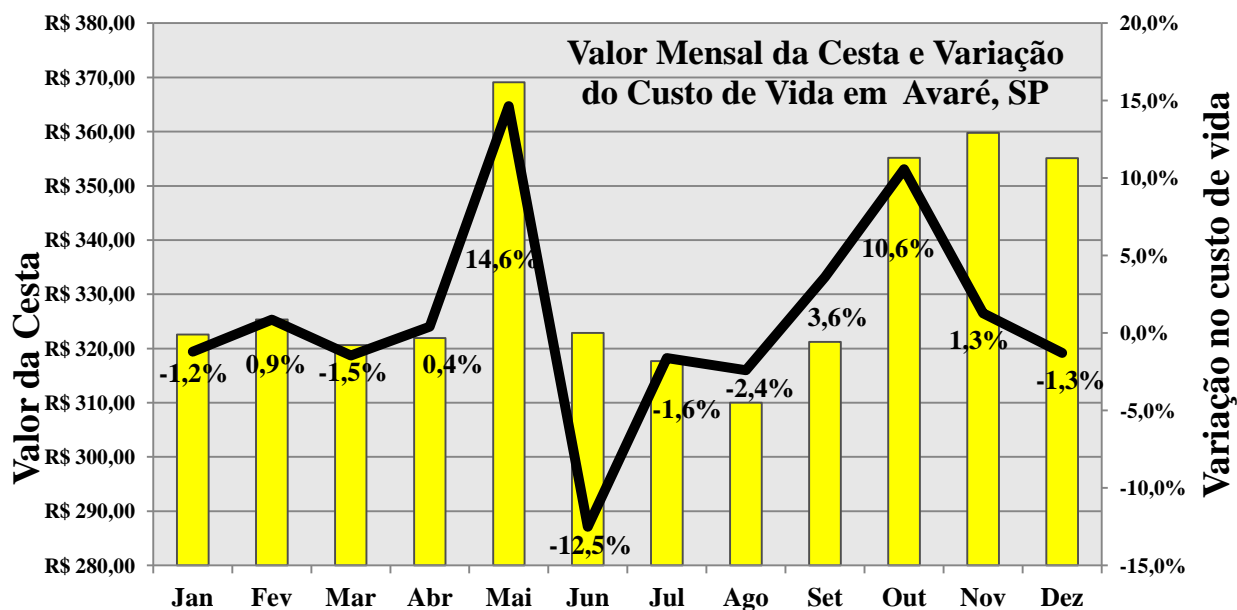
DEZEMBRO 2018 = -1,29%

Acumulado 2018 = 8,74%

Em comparação com o mês anterior, o **ICV UniFSP** de Dezembro de 2018 registrou uma queda de **-1,29%** na cesta básica da cidade de Avaré, que passou a valer **R\$ 355,10** contra R\$ 359,75 de novembro. Por outro lado, o preço do conjunto de alimentos essenciais aumentou em 15 das 18 capitais onde o DIEESE realiza a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. As altas mais expressivas foram registradas em Goiânia (5,65%), Salvador (4,13%) e Natal (2,77%). As retrações aconteceram em Fortaleza (-3,48%), Vitória (-1,17%) e São Luís (-0,40%).

A cesta mais cara foi a de São Paulo (R\$ 471,44), seguido por Rio de Janeiro (R\$ 466,75), Porto Alegre (R\$ 464,72) e Florianópolis (R\$ 457,82). Os menores valores médios foram observados em Recife (R\$ 340,57), Natal (R\$ 341,40) e Salvador (R\$ 343,82).

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do Brasil, fechou 2018 em 3,75%, abaixo do centro da meta fixada pelo governo, que era de 4,5%. O item “alimentos”, foco do ICV UniFSP, teve uma das maiores influências sobre essa variação positiva. Abaixo, valor da cesta e a variação mensal do custo de vida alimentar.



Durante o mês de dezembro de 2018, o maior aumento foi verificado no preço do feijão (33%) e, provavelmente, isso se deu em função de diminuição da produtividade nas lavouras devido a problemas climáticos. Por outro lado, a maior queda percentual foi verificada na farinha e isso pode ser explicado pela fraca demanda e aumento da oferta.

* A metodologia de referência é a do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e leva em consideração treze produtos alimentares básicos e suas respectivas quantidades os quais seriam suficientes para o sustento e bem estar mensal de um trabalhador em idade adulta, contendo quantidades balanceadas de proteínas, calorias, ferro cálcio e fósforo. Esses valores foram definidos por região do Brasil e apresentados pela Lei nº 185 de 14 de Janeiro de 1936, regulamentada pelo Decreto Lei nº 399 de 30 de abril de 1938, ainda em vigor.